

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA



General Câmara, Rio Grande do Sul, Brasil Terça-feira, 14 de Janeiro de 2020 • ANO I – EDIÇÃO EXTRA nº 137/064

SUMÁRIO

SEÇÃO I – PODER EXECUTIVO – Pág. 1 a 3

SEÇÃO II – PODER LEGISLATIVO – Sem publicação.

SEÇÃO III – PUBLICIDADE DE CARÁTER INFORMATIVO/EDUCATIVO – Sem publicação.

PODER EXECUTIVO

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.207/2020
De 13 de janeiro de 2020.

HELTON HOLZ BARRETO, Prefeito Municipal de General Câmara, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 75, inciso I, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2020, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta e ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

III - o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 23.291.426,31 (Vinte e três milhões duzentos e noventa e um mil quatrocentos e vinte e seis reais e trinta e um centavos).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA

Instituído pela Lei nº 2081, 07 de março de 2018.
Regulamentado pelo Decreto nº 042/2019, de 25 de junho de 2019.



Diário Oficial assinado eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil

PREFEITO MUNICIPAL
HELTON HOLZ BARRETO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CARLOS AUGUSTO DUARTE

RESPONSÁVEL – EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO
NATÁLIA DA SILVA MENTZ

VICE-PREFEITO
JOSÉ GERALDO DIEFENTHAELER DIAS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADM. GERAL
NATÁLIA DA SILVA MENTZ



ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS	RECURSOS	TOTAL
1 – RECEITAS CORRENTES	11.864.709,66	12.686.825,92	24.551.535,58
Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria	1.711.343,30	647.379,60	2.358.722,90
Receita de Contribuições	129.464,00	0,00	129.464,00
Receita Patrimonial	88.155,00	8.740,40	96.895,40
Receita Agropecuárias	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	19.102,00	571.468,00	590.570,00
Transferências Correntes	9.660.204,36	11.459.237,92	21.119.442,28
Outras Receitas Correntes	256.441,00	0,00	256.441,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	27.210,00	1.700.000,00	1.727.210,00
Operações de Crédito Internas	27.210,00	0,00	27.210,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS			
Receita de Contribuições – Intraorç.			
Receita Patrimonial – Intraorç.			
Outras Receitas Correntes – Intraorç.			
8 – RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS			
Alienação de Bens – Intraorç.			
Amortização de Empréstimos – Intraorç.			
Outras Receitas de Capital – Intraorç.			
9 – DEDUÇÕES DA RECEITA			2.987.319,27
....			
TOTAL	11.891.919,56	11.399.506,65	23.291.426,31

Seção II Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 23.291.426,31 (Vinte e três milhões duzentos e noventa e um mil quatrocentos e vinte seis reais com trinta e um centavos) sendo:

- I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 17.998.948,16 (Dezessete milhões novecentos e noventa e oito mil novecentos e quarenta e oito reais com dezesseis centavos);
- II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 5.292.478,15 (Cinco milhões duzentos e noventa e dois mil quatrocentos e setenta e oito reais com quinze centavos);

Art. 5º A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

GRUPO DE DESPESA	RECURSOS	RECURSOS	TOTAL
3. DESPESAS CORRENTES	10.434.169,61	9.821.952,70	20.256.122,31

3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.034.346,97	5.568.405,96	10.602.752,93
3.1 - Pessoal e Encargos Social	797.000,00	0,00	797.000,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	84.000,00	0,00	84.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	4.304.322,64	4.253.546,74	8.557.869,38
3.3 - Outras Despesas Correntes	214.500,00	0,00	214.500,00
4. DESPESAS DE CAPITAL	1.163.779,00	1.871.525,00	3.035.304,00
4.1 - Investimentos	400.400,00	1.871.525,00	2.271.925,00
4.1 - Investimentos -	48.500,00	0,00	48.500,00
4.2 - Inversões Financeiras			
4.2 - Inversões Financeiras -			
4.3 - Amortização da Dívida	240.000,00	0,00	240.000,00
4.3 - Amortização da Dívida -			
9.9 - Reserva de Contingência	474.879,00	0,00	474.879,00
9.9 - Reserva de Contingência do RPPS			
TOTAL	11.597.948,61	11.693.477,70	23.291.426,31

Art. 6º Integram esta Lei, nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 2.201/2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2020, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Ficam autorizados:

- I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:
 - a) anulação parcial ou total de suas dotações;
 - b) incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
 - c) excesso de arrecadação.



II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 15% de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

§ 1º As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as suplementações de programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

§ 2º Para fins da alínea b do inciso I do caput, também poderá ser considerado como superávit financeiro do exercício anterior, os recursos que forem gerados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.

Art. 8º Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I do artigo 7º, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares destinados a atender:

I — insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II — despesas decorrentes de sentenças judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III — despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 22 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020.

Art. 10 Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 11 O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 12 Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos no demonstrativo referidos no inciso I do art. 2º da Lei Municipal N° 2.201/2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 em conformidade com o disposto no § 1º do mesmo artigo.

Parágrafo único. Para efeito de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC n°101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário e nominal, apurados pela metodologia acima da linha, serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 13 O poder executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das naturezas de receitas, despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL
CÂMARA**, 13 de janeiro de 2020

HELTON HOLZ BARRETO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

CARLOS AUGUSTO DUARTE
Secretário de Administração

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
GERAL**

PORTARIA N° 024/2020
De 14 de Janeiro de 2020.

AUTORIZA SERVIDOR MUNICIPAL A DIRIGIR VEÍCULOS
OFICIAIS DO MUNICÍPIO

CARLOS AUGUSTO DUARTE, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais
RESOLVE:

AUTORIZAR, os servidores Municipais abaixo descrito, a conduzir veículos oficiais desta Prefeitura Municipal, quando houver a necessidade, a partir desta data.

MARILENE WERMUTH DE LIMA – Enfermeira
MAURO HENRIQUE FRANZKOWIAK MARTINS – Psicólogo
LIVIA KREVER DE SOUZA – Enfermeira
CARMO KONZEN – Diretor Superintendente de Enfermagem

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Secretaria de Administração em 14 de Janeiro de 2020

CARLOS AUGUSTO DUARTE
Secretário de Municipal de Administração

PODER LEGISLATIVO

Sem atos oficiais nesta data.

